

## **TERRITORIALIZAÇÃO DO CAPITAL, MONOPOLIZAÇÃO DO TERRITÓRIO PELO AGRO E RESISTÊNCIAS DOS POVOS AMAZÔNICOS EM ITACOATIARA**

Vinicius Souza da Silva<sup>1</sup>, Francilene Sales da Conceição<sup>2</sup>, Isaque dos Santos Sousa<sup>3</sup>

### **RESUMO**

O agronegócio tem se expandido na Amazônia impondo uma lógica violenta, desigual e contraditória com povos amazônicos e comunidades tradicionais, cujas territorialidades que estão materializadas nas terras, águas e florestas, estão sofrendo constantes ameaças, intimidações e coerções territoriais. Esse processo se materializa por meio das redes agrologísticas e agrohidroportuárias, incidindo de forma excludente e contraditória no município de Itacoatiara- AM. O objetivo deste trabalho é analisar a territorialização do capital e a monopolização do território pelo agronegócio frente às territorialidades dos povos amazônicos, compreendendo esses processos como disputas pelos Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos. A pesquisa foi desenvolvida a partir de três procedimentos metodológicos: revisão bibliográfica sobre o espaço agrário amazônico e brasileiro; levantamento documental e estatístico com dados secundários; e sistematização das informações por meio da tabulação e tratamento de dados coletados em órgãos públicos e privados. Os resultados indicam que o projeto agrologístico e agrohidroportuário avança de forma violenta e exploratória, monopolizando e degradando a natureza e intensificando os conflitos fundiários, ao passo que povos amazônicos resistem em defesa de seus territórios. A análise desses conflitos agrários/territoriais permite compreender as transformações territoriais em curso e as estratégias de resistências.

**PALAVRAS-CHAVE:** Agronegócio. Conflitos. Povos Amazônicos. Território.

### **INTRODUÇÃO**

A territorialização do capital pelo agronegócio na Amazônia Brasileira não se restringe à produção de commodities destinadas ao mercado agroexportador mundializado. Esse processo também se concretiza pela atuação dos monopólios das redes agrologísticas e hidroportuárias, que exercem controle sobre o território e cristalizam contraditoriamente os conflitos fundiários nos Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos (Conceição, 2023).

A Amazônia configura-se como uma região de múltiplas territorialidades, nas quais povos e comunidades tradicionais têm sofrido coerções territoriais decorrentes do avanço das relações capitalistas. Essa expansão, materializada pela implantação de infraestruturas agrologísticas e agro-hidroportuárias (rodovias, portos e hidrovias), promove exploração intensiva da natureza, gerando transformações e impactos socioambientais sobre os territórios desses povos e os biomas amazônicos.

O projeto territorial coercitivo do agronegócio, configura-se como conservador, hegemônico e marcado pela negação das dimensões territorial, social e ambiental. No espaço agrário amazônico, esse processo se materializa na intensificação dos conflitos fundiários, resultantes das disputas pela posse da terra entre o capital mundializado do agronegócio e os povos amazônicos (Malheiros; Porto-Gonçalves; Michelotti, 2021).

A materialização do debate territorial nos Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos pode ser interpretada pelos conceitos de Territorialização do Capital e Monopolização do Território pelo Capital (Oliveira, 1999; Paulino, 2007). Nesse processo, o capital se insere na agricultura pelo controle da terra, via compra ou arrendamento, e pela conversão dos camponeses em trabalhadores assalariados. Essa dinâmica subordina povos e comunidades tradicionais ao agronegócio mundializado, ocasionando em um êxodo rural forçado, caracterizado por Oliveira (1999) e Paulino (2007) como territorialização do capital.

<sup>1</sup>Aluno de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas, atuando no Núcleo de Pesquisas Urbana e Regional (NPUR). Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: vsds.geo23@uea.edu.br

<sup>2</sup>Docente no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: fconceicao@uea.edu.br

<sup>3</sup>Docente no Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade do Estado do Amazonas. Manaus, Amazonas, Brasil. E-mail: isousa@uea.edu.br

Ao seguir a lógica da agricultura capitalista do agronegócio latifundiário, o processo é caracterizado por Oliveira (1999) como Monopolização do Território pelo Capital, expressa na sujeição da renda da terra. Nesse contexto, corporações do agronegócio articulam-se aos mercados agroexportadores para consolidar sua hegemonia sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais, apropriando-se da produção camponesa e subordinando-a ao capital mundializado. De forma direta ou indireta, essas corporações impactam os territórios tradicionais ao controlar todo o circuito de produção, distribuição, circulação e consumo, acelerando a espacialização dos insumos do agronegócio.

Este trabalho analisa a territorialização do capital e monopolização do território do agronegócio frente às territorialidades dos povos amazônicos como processos em disputas por Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos no município de Itacoatiara-Amazonas-Brasil, Região Metropolitana de Manaus-Am, Amazônia Ocidental.

O presente estudo se encontra estruturado em 3 eixos de análises: a primeira demonstra a metodologia empregada através da revisão bibliográfica e dados documentais e estatísticos, a segunda evidencia um resultado parcial a partir dos dados documentais coletados, que demonstra a territorialização do capital e a monopolização do território pelo agronegócio e, por fim, a terceira que apresenta a conclusão que sistematiza os conflitos agrários e territoriais.

## **MATERIAL E MÉTODOS**

O método de análise da pesquisa que busca compreender a territorialização do capital e a monopolização do território pelo capital que atinge conflituosamente os Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos é o materialismo histórico-dialético, uma vez que ajuda a compreender o espaço agrário a partir das relações do modo de produção capitalista e suas contradições.

Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa estruturam-se em três etapas: (1) pesquisa bibliográfica, fundamentada na revisão teórico-metodológica sobre o espaço agrário brasileiro e amazônico, com ênfase na expansão capitalista, nos conflitos e nas resistências; (2) pesquisa documental e estatística, a partir de dados obtidos em instituições e órgãos públicos; (3) análise e sistematização das informações, contemplando a tabulação e o tratamento de dados provenientes de órgãos públicos, privados e bancos de dados, em formatos impressos ou digitais.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

As redes agrologísticas e agroexportadora em Itacoatiara se desenvolveu a partir da consolidação da hidrovía Madeira-Amazonas na década de 1990, com investimentos do Estado em parceria com a iniciativa privada. Após a conclusão das obras, o controle da hidrovía foi transferido ao grupo Amaggi, transformando-se no principal corredor logístico de transporte de grãos na Amazônia e inaugurando a inserção da circulação de commodities na região.

Segundo a Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), o município possui dois Terminais de Uso Privativo (TUP), caracterizados como instalações portuárias privadas autorizadas a operar fora da área de abrangência do porto público e com elevado fluxo de mercadorias. O Terminal Graneleiro da Hermasa e o Terminal Portuário de Novo Remanso movimentam, em grandes fluxos, insumos do agronegócio destinados aos mercados mundializados.

Além disso, de acordo com o Caderno de Conflitos no Campo 2024, da Comissão Pastoral da Terra (CPT), foi registrado um conflito de terra envolvendo a Terra Indígena Rio Urubu, afetando cerca de 94 famílias. O conflito decorreu de atividades ligadas a obras do Terminal Portuário de Novo Remanso, que ocasionou destruição da natureza e impactos socioambientais, dada a proximidade com a terra indígena.

Esse conflito agrário-territorial exemplifica as invasões dos Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos e demonstra como a territorialização do capital no espaço agrário se traduz em ameaça e violência às territorialidades dos povos amazônicos e comunidades tradicionais, impondo uma lógica contraditória. Os terminais portuários, controlados por corporações do agronegócio, vinculam-se diretamente aos circuitos de produção, distribuição e circulação de mercadorias, reforçando a espacialização e a multiplicação dos conflitos. Em Itacoatiara, os projetos agrologísticos e agrohidroportuários expressam esse processo de territorialização e monopolização, marcado por práticas violentas, exploratórias e desiguais que impactam indígenas, quilombolas, ribeirinhos, camponeses da Região Metropolitana de Manaus.

## CONCLUSÃO

O estudo demonstra que a territorialização do capital e a monopolização do território pelo agronegócio têm se expandido sobre os Territórios AgriHidroFlorestais Amazônicos, apropriando-se das Terras, Águas e Florestas onde povos e comunidades tradicionais vivem e reproduzem seus modos de vida. Esses processos, impulsionados pelas redes agrologísticas e legitimados pelo Estado, evidenciam o poder econômico e territorial do capital, que instaura um projeto de exploração, expropriação e violência. Contudo, os povos amazônicos se organizam em movimentos políticos e elaboram estratégias de resistência frente às ameaças e às práticas hegemônicas do agronegócio mundializado.

## AGRADECIMENTOS

O presente trabalho foi realizado com apoio do Programa de Iniciação Científica (PAIC) com formento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (FAPEAM).

## REFERÊNCIAS

CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO DOM TOMÁS BALDUINO – Comissão Pastoral da Terra.

**Conflitos no campo Brasil**. 2024. Disponível em:

<https://cptnacional.org.br/documento/conflitos-no-campo-brasil-2024/>. Acesso em 1 ago. 2025.

CONCEIÇÃO, Francilene Sales da. **Territórios AgriHidroFlorestais em disputas nas Amazônia do oeste do Pará**: (re)existências dos povos amazônicos das Terras-Águas Florestas e a invasão do agronegócio. Tese (Doutorado), Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGG). Núcleo de Ciências Exatas e da Terra (NCET). Fundação Universidade Federal de Rondônia, - Porto Velho/Ro, 2023, 318 f.

MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos W.; MICHELOTTI, Fernando. **Horizontes amazônicos**: para repensar o Brasil e o mundo. – 1.ed. – São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.

OLIVEIRA, Ariovaldo U. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro. In: CARLOS, Ana F. A. (Org.). **Novos caminhos da geografia**. – São Paulo: contexto, 1999. p. 63-110.

PAULINO, Eliane T. Geografia Agrária e Questão Agrária. In: FERNANDES, Bernardo M.; MARQUES, Marta I. M.; SUZUKI, Julio C. (Orgs.). **Geografia Agrária: Teoria e Poder**. – 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2007, 384p.

PORTAL BRASILEIRO DE DADOS ABERTOS. **Instalações Portuárias Privadas 2023**. Disponível em: &lt;<https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/instalacoes-portuarias-privadas>&gt;. Acesso em: 31 jul. 2025.